



PARECER JURÍDICO

Assunto: Parecer Jurídico de análise a Processo de Licitação

Modalidade: Inexigibilidade

Interessado: Comissão Permanente de Licitação

Objeto: Contratação de show artístico consagrado pela opinião pública.

RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Licitação determinou o encaminhamento do presente procedimento administrativo para fins de elaboração de Parecer sobre a possibilidade de aplicação da Inexigibilidade como modalidade para contratação de Show do artista **Caninana**, para fins de realização da “Festa do Povão”, tradicionalmente ocorrida a cada dia 13 de junho em praça pública;

É o relatório, passo à Emissão de Parecer;

Dispõe o Art. 74, II da Lei federal n. 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II- contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Extrai-se da norma acima que os elementos básicos da contratação de profissional do setor artístico sem realização de licitação são, portanto, os seguintes:

- a) Inviabilidade de competição;**
- b) Contratação de profissional de qualquer setor artístico;**
- c) Ser o artista consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; e**
- d) A contratação deve realizar-se diretamente ou através de empresário exclusivo.**

No caso em análise, trata-se de contratação da atração musical **Caninana**, para fins de realização de Show, a ocorrer em 13/06/2023, data de encerramento da Festa de Padroeiro do município contratante;

Em análise inicial, o ato acima além de refletir diretamente na cultura dos munícipes, contribui para o incremento do comércio local com a atração de pessoas das localidades circunvizinhas e dos seus filhos que se encontram ausentes;



Nesse contexto, a atração artística aqui escolhida recaiu sobre o artista **“Caninana”**, uma atração conhecida por todo o nordeste, comprovadamente pelas inúmeras apresentações realizadas e carreadas aos autos;

Pelo objeto contratado, tem-se que a inviabilidade de competição aqui se faz presente, uma vez que a opção pela referida atração a ser contratada impede o estabelecimento de critérios objetivos para medição de uma competitividade, o que, somado a outras circunstâncias, se enquadra na hipótese de contratação por inexigibilidade;

Anote-se por necessário ser o preço coletado para o oferecimento do presente serviço encontra-se relativamente dentro dos preços praticados no mercado regional, o que demonstra vantagem para o município;

CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui-se que o caso em apreço é de inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, nos termos do *caput* do Art. 74, II da Lei n. 134.133/2021, podendo a municipalidade contratar de forma direta;

É o parecer.

Marcelino Vieira-RN, em 24/05/2023;



Documento assinado digitalmente
JUNHO ALDAÉLIO ALVES DE OLIVEIRA
Data: 24/05/2023 13:06:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Junho Aldaélio Alves de Oliveira
PROCURADOR GERAL
OAB/RN n. 13.598